

EXPRESSO

ADUR

30

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 30 – 09/08/2004 – www.adur-rj.org.br

ADUR-RJ DEFLAGRA GREVE EM 05/08 GOVERNO MANTÉM PROPOSTA E FALA EM GRUPO DE TRABALHO SETOR APONTA PARA CONSTRUÇÃO DE GREVE NACIONAL

Em 04. 08, na Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ S.SIND, com 59 filiados, foram tomadas as seguintes deliberações: Rejeitada a proposta de 30.07 do Governo (2 abstenções); Reafirmada a proposta das IFES na negociação (2 abstenções); Aprovada Deflagração de Greve a partir de 05.08 (31 a favor, 7 contra e 5 abst); Próxima AG dia 10.08.

Em 04 de agosto o Governo reafirmou a sua proposta e sugeriu “a criação de um grupo de trabalho”. Veja aqui o relato DA AUDIÊNCIA DO ANDES-SN COM O MPOG

Presentes:

- SRH - MPOG – Sérgio Mendonça – Secretário de Recursos Humanos; Marilene Ferrari – Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Humanos; Vladimir Nepomuceno – Diretor de Programas
- MEC – Nelson Maculan – Secretário de Ensino Superior e Jairo Jorge. Estava presente também a assessora de comunicação do MEC.
- ANDES-SN - Marina Barbosa Pinto, Márcio Antônio de Oliveira, Antônio de Pádua Bosi e Hugo Gomes Blois Filho.

“O Secretário Sérgio Mendonça abriu a reunião informando que tinha sido recebido a Carta do ANDES-SN com as posições do Movimento Docente. Em seguida, passou a palavra ao Jairo Jorge que, em nome do governo, informou que, à proposta do governo já explicitada anteriormente (reunião 30/7), estava sendo agregada a criação de um grupo de trabalho para tratar dos seguintes pontos: extinção da GED, isonomia, paridade e incorporação das gratificações. Este grupo de trabalho seria constituído para atuar no 2º semestre de 2004. Jairo Jorge comunicou que ainda hoje será encaminhada, oficialmente ao ANDES-SN, a referida proposta.

Em seguida, Marina fez um histórico dos fatos mais recentes, iniciando por afirmar que houve grande perplexidade com a posição apresentada na reunião passada, já que essa proposta representava um grande recuo em relação ao que fora anteriormente acordado entre o MEC e MPOG de acordo com reivindicações do movimento.

Na seqüência, relatou a reunião do setor das IFES do dia 31 de julho, informando a posição que as AGs haviam discutido na semana anterior (25 a 30/7) e que em relação a proposta apresentada em 30/7 a

ampla maioria dos representantes das seções sindicais, baseados nas decisões de suas AGs rejeitaram a proposta e mantiveram o indicativo de greve para 5 de agosto, remetendo a avaliação final para as AGs desta semana, com o agendamento de nova reunião nacional para 6 de agosto. Portanto, reafirmou que não havia possibilidade do sindicato apresentar posição definitiva nesta reunião, como já havia sido informado no dia 30 de julho.

Em seguida, a representante do ANDES-SN apresentou a questão de que o Sindicato estava recebendo informações da base sobre erros no pagamento aos docentes de 1º e 2º graus – uns receberam “GID cheia” e “GEAD cheia” e outros não haviam recebido nenhum reajuste.

A isto o secretário respondeu que não descartava a possibilidade de erros, visto que a prioridade foi a celeridade do processo.

A chefe de gabinete, Marilene, disse que se há problema, o servidor deve dirigir-se ao RH de seu órgão e apresentar a demanda.

Retomando a palavra, o secretário mais uma vez argumentou as razões do governo para apresentar a proposta: compromisso do Presidente Lula de nenhum servidor receber reajuste inferior a inflação de 2003

(prioridade para toda negociação) e que a suspensão do caráter produtivista da GED e o aumento do percentual de recebimento da GED pelo aposentado de 60% para 65% são elementos que se aproximam das demandas do MD e vão na direção de efetivá-las. Na seqüência, Márcio questionou o orçamento e qual era o efetivo compromisso do governo com montantes destinados à correção das distorções de isonomia e paridade e o prazo para tal. Ao que Jairo Jorge respondeu: o limite deste processo está na Lei de Responsabilidade Fiscal e que o prazo não pode ser fixado, pois se atrela ao debate de carreira do servidor e às possibilidades do governo.

Em seguida, Antônio Bosi destacou que o governo propunha um GT para discutir reivindicações de pautas específicas e gerais das categorias o que, em razão da suspensão do MNNP que abrange estas pautas, não significava um elemento consistente para a categoria.

Marina perguntou por que não havia congruência nas metodologias de reajuste entre as carreiras de 1º e 2º graus e de 3º grau. A da primeira extingue GID e restaura paridade e a de 3º grau não.

O secretário respondeu que, no caso do 1º e 2º graus, o montante existente comportava a metodologia proposta e no da 3º grau não. Então, por decisão política governamental, foi priorizado o reajuste acima da inflação de 2003; as demais reivindicações seriam trabalhadas conforme as possibilidades.

Marina indagou, se por acaso a decisão do setor de 6/8 for de rejeição à proposta do governo, o que este teria como alternativa.

Sérgio disse que o governo avaliaria a questão e Jairo disse que não poderia responder antes da decisão ser tomada para não haver ingerência.

Marina registrou ainda que havia uma preocupação da direção do sindicato com determinados fatos ocorridos no último período que colocavam sob suspeita o compromisso e respeito do governo para com o ANDES-SN.

Informou que, em dois debates sobre Reforma Universitária, o representante do MEC afirmou que a presidente estaria negociando a reforma universitária

com o Ministro e que o governo havia investido pouco na chapa de oposição do ANDES-SN nas últimas eleições, mas que na disputa de seções sindicais não cometeria o mesmo erro, em especial na UFRJ. Além disso a presidente, como fez na reunião do setor, relatou o telefonema que recebeu em sua casa da Secretária da SRH/MPOG solicitando o telefone do prof. Gil Vicente, candidato a presidente pela chapa de oposição derrotada nas últimas eleições do sindicato.

Marina foi clara ao afirmar que apesar das diferenças de opinião, estratégia e até mesmo de projeto com o governo, a categoria e sua direção não esperam que o governo desconheça uma direção legitimamente eleita mesmo que, como foi afirmado durante o processo eleitoral, a preferência do governo fosse por outra.

A isso, Sérgio Mendonça respondeu que reconhece a direção do ANDES-SN como a interlocutora com mandato para tal e que a despeito de nossas diferenças ou gostos, temos que trabalhar juntos.

Jairo Jorge ponderou que não deveríamos maximizar uma situação isolada, o que uma pessoa diz não pode ser tomado como posição do MEC ou entidade.

Afirmou que não há que se levar esta discussão para o campo ético e que o governo reconhece este como o fórum de interlocução e há respeito à direção do Sindicato e à entidade.

Ambos informaram que trabalham com uma “rede de informação e contatos” para tomarem suas decisões e consideraram isso legítimo. E reivindicaram que a estabilidade na relação entre o governo e a entidade se constitui com o respeito aos dois lados.

Jairo afirmou ser esta uma questão menor e que a interlocução é com a entidade.

Sérgio afirmou que neste processo se dá uma negociação de interesses e que o governo tem os seus e procurará viabilizá-los.

A professora Marina lembrou a metodologia de decisão do Sindicato e a reunião nacional do ANDES-SN que ocorrerá no próximo dia 6.

Foi agendada nova reunião para 6ª feira, 6 de agosto, às 18h.

Diretoria do ANDES-SN”

SETOR DAS FEDERAIS REJEITA PROPOSTA DO GOVERNO

Na reunião realizada em 6/8, o Setor das Federais rejeitou majoritariamente a proposta do governo e reafirmou a do Setor - que garante paridade, isonomia e fim das gratificações produtivistas. O Setor aprofundou o debate sobre a necessidade de mobilização do Movimento Docente, reconhecendo que há um processo de construção da greve - que será avaliado na próxima reunião do Setor, marcada para o dia 14 de agosto.

Novas rodadas de assembléias serão realizadas de terça a quinta-feira da próxima semana para avaliar a reunião da Diretoria do ANDES-SN com os representantes do governo, agendada para segunda-feira, dia 9/8. Em cinco instituições de ensino superior os docentes já estão em greve: UFCAP, CEFET-MG, UFBA, UNIFESP e ADUR-RJ. Assembléias de várias universidades aprovaram indicativo de greve para as próximas semanas.

Fonte: ANDES-SN